



NATHALIA MAIRA MARTINS LIRA

**METODOLOGIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: uma análise dos
periódicos RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional em 2014**

João Pessoa

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nathalia Maira Martins Lira

**METODOLOGIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: uma análise dos
periódicos RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional em 2014.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho
Gonçalves

João Pessoa

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V658c Lira, Nathalia Maira Martins.
Metodologia em Relações Internacionais: uma análise dos
periódicos RBPI, Contexto Internacional e carta internacional em 2014
/ Nathalia Maira Martins Lira. – João Pessoa, 2016.

47f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Metodologia – Relações Internacionais. 2. Metodologia
quantitativa. 3. Contexto Internacional. 4. Carta internacional.
I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 327(043.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 7,5, o Trabalho de Conclusão de Curso

"Metodologia em Relações Internacionais: uma análise dos periódicos RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional em 2014"

Elaborado por

Nathália Maira Martins Lira

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – UFPB (Orientador)

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior – UFPB

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira - UFPB

João Pessoa, 24 de novembro de 2016.

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre a temática da Metodologia, de modo a dissertar acerca do calcanhar metodológico nas Relações Internacionais, a fim de se examinar o uso de metodologia quantitativa nas publicações em RI no Brasil. Busca-se avaliar a metodologia de trabalhos na área das RI, por meio de um levantamento dos artigos publicados em 2014 nos periódicos RBPI (A1), Contexto Internacional (A2) e Carta Internacional (B1). Dessa maneira, a partir de uma análise da utilização de métodos nas três destacadas revistas científicas no campo das Relações Internacionais, pretende-se reconhecer como os periódicos selecionados reportaram a metodologia de trabalhos em RI e quais as possíveis implicações para o campo de estudo.

Palavras-chave: Métodos; Metodologia Quantitativa; Relações Internacionais.

ABSTRACT

This thesis looks into the theme of Methodology, in order to discuss the methodological Achille's heel in International Relations, in order to examine the use of quantitative methodology in publications in IR in Brazil. We aim to understand the methodology of papers in the IR field, through data collection of the articles published in 2014 on the academic journals RBPI (A1), Contexto Internacional (A2) and Carta Internacional (B1). Thus, based on an analysis of the use of methods in the three leading scientific journals in the field of International Relations, we intend to recognize how the selected journals reported the methodology of work in IR and what are the possible implications for the field of study.

Keywords: Methods; Quantitative Methodology; International Relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ESTUDOS DAS RI: SEGUNDO DEBATE	11
2.1 O Calcanhar Metodológico nas RI	15
3 METODOLOGIA NOS PERIÓDICOS	20
3.1 Estratos QUALIS	20
3.2 Seleção das revistas	21
3.3 Análise da metodologia dos artigos da RBPI em 2014	25
3.4 Análise da metodologia dos artigos da Contexto Internacional em 2014	32
3.5 Análise da metodologia dos artigos da Carta Internacional em 2014	36
3.6 Resultados	39
4 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42

À minha família e a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio diário. Aos meus avós, pelo carinho e demonstração de perseverança. Aos meus cachorros, pela companhia nas noites em claro e nos momentos de angústia e desespero.

Aos professores do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, pelo apoio, incentivo e inspiração nesses quase cinco anos. Especialmente ao professor Pascoal, pela compreensão e por não ter desistido de mim. E ao professor Augusto, pela experiência de monitoria em Pesquisa Aplicada às Relações Internacionais e por todo o apoio durante o curso.

A Gabriel, que tanto me incentivou ao longo do curso e não me deixou desistir. Obrigada por acreditar em mim e no meu potencial. Sem você eu não teria conseguido.

Aos meus amigos e colegas de curso, que me acompanharam durante a graduação, e com quem compartilhei momentos de frustração e de felicidade, agradeço pelo apoio, compreensão e a amizade.

1 INTRODUÇÃO

O marco para as Relações Internacionais como um campo distinto de estudo foi quase inteiramente centrado na Inglaterra, após o fim da Primeira Guerra Mundial. RI surgiu como uma disciplina formal acadêmica em 1919, com a cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional em Aberystwyth, Universidade do País de Gales. Ou seja, RI embora date de séculos atrás, possui uma organização acadêmica recente.

Tradicionalmente, as RI relacionam-se a questões sobre a dinâmica e a mudança da condição do Estado soberano no contexto de um sistema maior ou sociedade de Estados. Este enfoque nos Estados e nas relações entre eles ajuda a explicar por que a guerra e a paz são um problema central na teoria tradicional das RI. Todavia, no panorama contemporâneo, as RI não se restringem às relações políticas entre Estados, mas também abrangem temas diversos, a exemplo de interdependência econômica, direitos humanos, corporações transnacionais, organizações internacionais, desigualdade, desenvolvimento, dentre outros. (JACKSON; SORENSEN, 2007)

As abordagens teóricas, com isso, são referentes ao momento histórico em que se enquadram, isto é, o foco reside nos problemas das relações internacionais julgados relevantes num dado momento (JACKSON; SORENSEN, 2007). Com as mudanças do sistema internacional nos últimos anos, e a conseqüente adaptação dos estudos acadêmicos para tal realidade, emergiu uma diversidade metodológica, isto é, o aparecimento de novos métodos e aumento no escopo de metodologias empregadas a fim de incluir métodos estatísticos, por exemplo.

Para Soares (2005), há certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística na ciência política. Demais autores¹ também corroboram essa premissa, de que o emprego de técnicas estatísticas básicas ainda é muito limitado nas Ciências Sociais como um todo no Brasil. E essas deficiências na formação metodológica podem ser notadas claramente em livros, artigos, teses e dissertações, além do próprio cotidiano acadêmico dos discentes.

O presente trabalho, portanto, se debruça sobre a temática da metodologia no campo das Relações Internacionais, mais especificamente em três periódicos fundamentais da área, a saber: RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional. Justifica-se à medida que, observando os métodos nos artigos publicados nesses três periódicos da área, é

¹ Ver mais em: Vianna et al (1988), Valle e Silva (1999) e Santos e Coutinho (2000)

possível traçar um panorama geral sobre o estado da metodologia nas Relações Internacionais enquanto campo de estudo.

Assim, este trabalho divide-se em duas seções. Na primeira, trata-se essencialmente do Segundo Debate das Relações Internacionais, isto é, tradicionalistas x behavioristas. Além disso, faz-se uma breve explanação acerca do “calcanhar metodológico”, sobre como no Brasil o behaviorismo chegou atrasado e limitou o desenvolvimento das ciências sociais em geral, inclusive RI.

O capítulo seguinte tem por objetivo familiarizar o leitor com as revistas escolhidas para a análise e, para isso, expõe a definição e classificação dos Estratos Qualis, a fim de justificar a escolha das revistas: RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional. Posteriormente, é feita a seleção dos artigos das três revistas no ano determinado, visto que 2014 foi o evento de qualificação mais recente conforme a Plataforma Sucupira, da Capes.

E, por fim, faz-se a avaliação da metodologia dos artigos selecionados no ano de 2014, com base no referencial teórico de Soares (2005)², em seu artigo “O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil”. Portanto, a análise foi feita visualmente artigo por artigo a fim de mensurar quantos utilizaram pelo menos percentagens ou outros dados numéricos, embora não empreguem análise quantitativa; apresentaram informação por meio de alguma forma tabular e/ou gráfico; e quantos utilizaram alguma forma análise estatística. Ainda, foram apontados, a título de informação complementar, os artigos que explicitaram ao longo do corpo suas variáveis, a fim de se obter um panorama geral sobre os três periódicos no ano de 2014. E, por fim, serão expostas as conclusões do trabalho com base na análise exposta.

² SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. In: Carlos Benedito Martins (org.). Para onde vai a pós-graduação em ciências Sociais no Brasil. São Paulo, CAPES / EDUSC/ ANPOCS, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a04.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

2 DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ESTUDO DAS RI: SEGUNDO DEBATE

Ao longo dos anos, o estudo das Relações Internacionais foi marcado por três grandes debates que contribuíram de maneira efetiva para a construção de teorias e o desenvolvimento da área de conhecimento. Teóricos liberais, realistas, behavioristas e idealistas apresentaram contribuições ao campo das Relações Internacionais, acreditando que poderiam ajudar a entender e mitigar os gargalos da disciplina.

Como embasamento teórico para esse trabalho, levar-se-á em consideração o Segundo Debate. Protagonizado por Behavioristas e Tradicionalistas, o debate ocorreu na década de 1960, tendo como principal foco a questão metodológica, isto é, como estudar as Relações Internacionais. De um lado, encontravam-se os tradicionalistas, embasados nos preceitos da Escola Inglesa e insistiam em uma abordagem mais histórica/interpretativa da teoria das relações internacionais. Do outro, encontravam-se os behavioristas, cujo interesse não era “demonstrar a ineficácia da teoria Realista, mas sim, elevar sua credibilidade, por meio da introdução de metodologias científicas” (GONÇALVES, 2002, p. 18).

No período após a Segunda Guerra Mundial, o campo acadêmico das RI teve uma expansão rápida, particularmente nos EUA, país em que era de interesse nacional a pesquisa “científica” de relações internacionais, considerada interesse nacional por parte das agências governamentais e entidades privadas. Assim, esse incentivo fomentou uma geração de acadêmicos cuja conduta era imbuída de maior rigor metodológico no fazer científico. Eram pesquisadores com histórico na ciência política, economia, outras ciências sociais ou inclusive matemática e ciências naturais e, portanto, possuíam diferentes ideias de como se estudar as RI – diferentemente dos tradicionalistas. Daí originou o behaviorismo, uma metodologia que buscou tornar científico o estudo das RI, como se observa no quadro abaixo: (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Quadro 3 – Abordagens Tradicionais vs Resposta Behaviorista

Abordagens Tradicionais		Resposta Behaviorista
<i>Foco</i>		<i>Foco</i>
Entendimento	←————→	Explicação
Normas e valores		Hipótese

Julgamento	Acervos de dados
Conhecimento histórico	Conhecimento científico
Teórico dentro do assunto	Teórico fora do assunto

Fonte: JACKSON; SORENSEN, 2007.

A escola behaviorista nasceu como uma alternativa à corrente tradicional, pois insistia em uma abordagem científica para as Relações Internacionais, procurando aperfeiçoar os métodos científicos de pesquisa na teoria das relações internacionais. Assim, tinha como foco a observação dos sistemas e, além disso, teste empírico, sobretudo pelo falseamento das análises, de subsequentes hipóteses e/ou implicação de relação de causalidade. Isto é, o estudo científico do comportamento político requer projetos de pesquisa rigorosos, métodos de análise precisos, instrumentos de análise confiáveis, critérios de validação adequados – produzir proposições empíricas verificáveis (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Assim, de maneira geral, tem-se que a abordagem behaviorista se preocupava com a teoria explicativa em vez de normativa; com padrões recorrentes (tendências) em vez de caso único; com conceitos operacionalizáveis com base em referências empíricas determináveis, em detrimento de conceitos abstratos; com estruturas conceituais; com técnicas de coleta, quantificação e apresentação de dados a fim de fornecer maior grau de sofisticação científica às pesquisas. (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Isto é a possibilidade de prever o comportamento dos Estados só poderia haver mediante o emprego de metodologias adequadas, como por exemplo, utilizando modelos matemáticos. Assim, conforme essa metodologia proposta, os dados deveriam ser mensurados primeiro, para que suas variações e simulações constituíssem posteriormente o elemento de análise do especialista em RI. Com isso, conforme a perspectiva behaviorista, essa adoção de conceitos, modelos e técnicas, oriundos das ciências naturais tradicionais, poderia garantir às Relações Internacionais um caráter científico. (GONÇALVES, 2002, p. 19) Portanto, essa vertente inspira-se nas ciências naturais e busca explicações de pretensão generalizante, de modo que o conhecimento em RI poderia ser progressivamente construído, para o progresso no desenvolvimento das teorias. (KAPLAN, 1966, p. 380).

É importante destacar que os teóricos ligados à corrente behaviorista eram, em sua maioria, estadunidenses identificados com o Realismo. Isso veio da decisão das elites

intelectuais do continente europeu e da América do Norte, especialmente com o fim da Primeira Guerra, em fazer das RI um objeto de ciência. Antes da Primeira Guerra, voltava-se ao Direito Internacional, à Diplomacia e à História para se obter respostas sobre os problemas no âmbito internacional. Com o aumento nas trocas e fluxos de capitais na economia global, bem como as novas potências, fez-se necessária a criação de uma nova disciplina, que fosse capaz de abordar o caráter amplo e multidisciplinar inerente às relações internacionais. (GONÇALVES, 2002, p. 13-14)

Assim, o interesse dedicado pela academia estadunidense ao estudo das RI ocorre em grande medida devido aos esforços após a Primeira Guerra Mundial e, principalmente, pelo alto investimento realizado pelo governo do país em pesquisas e publicações, logo após a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o governo estadunidense visou a fomentar o desenvolvimento de especialistas de todas as áreas, a fim de que o conhecimento pudesse configurar como uma base para a ação de política externa e para a execução de seu projeto hegemônico enquanto Estado. Assim, essa primazia norte-americana é reflexo de decisões políticas, com vistas a preservar o *status quo* do cenário internacional, em que os EUA desempenhavam papel de potência. Ou seja, a primazia do país no estudo das RI significa uma correspondência entre a história das RI enquanto disciplina com sua história no meio acadêmico dos Estados Unidos (GONÇALVES, 2002, p. 16-17).

Assim, em vez de desenvolver teorias que pudessem abranger as relações internacionais como um todo, a exemplo dos realistas, os behavioristas alegavam que, a partir de modelos explicativos limitados (como a Teoria dos Jogos), seria possível chegar das partes ao todo (micro – macro) e, dessa maneira, obter uma visão mais precisa do campo das relações internacionais. (GONÇALVES, 2002, p. 19)

Como pode ser visto, o grande ponto de distinção entre as correntes era no campo metodológico, diferentemente do primeiro debate, no qual o ponto de discussão foi a questão teórica e ideológica. Do outro lado, a corrente tradicionalista – com teóricos da Escola Inglesa e uma visão mais liberal – possuía um enfoque derivado da filosofia e do direito, tratando a política internacional a partir da história. Logo, esses teóricos tradicionalistas insistiam em uma abordagem mais histórica/interpretativa das Teorias em Relações Internacionais, pouco levando em consideração a utilização de dados científicos em suas análises. Vale ressaltar que, os primeiros estudiosos de RI haviam sido educados

como historiadores, jornalistas, diplomatas ou advogados e, portanto, traziam essa visão mais humanista e histórica ao estudo das RI.

Teóricos como Hedley Bull, Carr e Raymond Aron questionavam se os preceitos rígidos dos behavioristas poderiam ser transportados para uma realidade que, segundo os idealistas, era interpretativa e marcada por diversas variáveis. Assim, a abordagem das RI conforme essa perspectiva tradicional implicava envolver o pesquisador no entendimento da história, da prática da diplomacia, do direito internacional, da teoria política. As RI seriam um assunto de caráter humanista e, portanto, não poderiam ser passíveis exclusivamente de pesquisas científicas ou técnicas.

Morton Kaplan (1966), teórico behaviorista, rebatia as críticas, afirmando que as generalizações propostas pelos tradicionalistas tornavam a análise dos eventos inconsistente, pois elas eram aplicadas de maneira indiscriminada, em grandes recortes de tempo e espaço. Dessa forma, a propositura tradicionalista pouco contribuiria para o desenvolvimento e compreensão das teorias enquanto entidades científicas. Portanto, o cerne do debate para os behavioristas era que, por não ser falseável, a propositura tradicionalista era tida como algo subjetivo, que poderia ser aplicado a alguns casos e a outros não, isto é, não com um grau de generalização mais alto.

Ao longo do debate, algumas fraquezas foram observadas na teoria behaviorista. Por ter raízes na revolução científica, a aplicação de suas premissas abria mão dos fatores subjetivos existentes nas relações humanas, tais como motivações e percepções, desconsiderando a imprevisibilidade do comportamento humano. Sanders (2002) expõe que, ao passo em que as questões subjetivas eram deixadas de lado, a corrente também impedia o desenvolvimento de teorias normativas, uma vez que se concentrava no que deveria ser empiricamente não testável.

Outro ponto de fraqueza observado na teoria behaviorista é que as observações eram separadas das teorias e valores e, nesse sentido, acusava-se o behaviorismo de assumir um caminho dedutivo, pois outros métodos de pesquisa eram rejeitados. Ao passo em que as críticas eram tecidas, os teóricos behavioristas as rebatiam e retificavam. Sanders (2002) expõe como exemplo as críticas de Hempel e Popper à visão estreitamente indutiva e a impossibilidade de algum tipo de teoria ou valores permanecerem ausentes de observações, colocando o behaviorismo em um caminho mais dedutivo do que indutivo.

Diante do exposto, não se pode definir um “vencedor” do debate, visto que após anos de muitas controvérsias, o segundo debate se extinguiu. (JACKSON; SORENSEN,

2007). No entanto, pode-se afirmar que o behaviorismo teve um impacto significativo nas RI, ao passo que trouxe um novo discurso para a área do conhecimento, contribuindo para a maior utilização de dados científicos e a utilização de novos processos metodologicamente rigorosos. Há de se ressaltar que os novos processos foram incorporados pelas teorias tradicionais tais como a realista, contribuindo para o aperfeiçoamento dessas abordagens. Ao fim, as teorias tradicionais – a saber, realismo e idealismo – se fortaleceram pelo behaviorismo enquanto mais dados científicos passaram a ser utilizados.

2.1 O Calcanhar Metodológico nas RI

Inicialmente, torna-se necessária uma breve explanação acerca de alguns conceitos fundamentais para a análise, a saber: metodologia, método, pesquisa.

Segundo Tartuce (2006) citado por Gerhardt e Silveira (2009), a origem da palavra “metodologia” está no termo grego *methodos*, que significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”; e *logos*, que significa pesquisa, estudo sistemático, investigação. Logo, metodologia pode ser conceituada como o conjunto de regras e procedimentos estabelecidos para se fazer realizar uma pesquisa. Metodologia científica, portanto, consiste no estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009)

Torna-se relevante, ainda, diferenciar metodologia e método. Nesse sentido, Minayo (2007) conceitua metodologia:

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (MINAYO, 2007, p. 44)

Dessa maneira, o que distingue o conhecimento científico dos demais conhecimentos – saberes religiosos, senso comum – é a metodologia no fazer científico. Ainda, o estudo de maneira sistemática acerca dos métodos e técnicas de pesquisa pode influenciar positivamente a qualidade do conhecimento produzido. (PARANHOS et al,

2012). Assim, método seriam as técnicas e procedimentos a serem utilizados na pesquisa, o elemento a definir as maneiras ou modos de coleta de dados.

A pesquisa é a atividade fundamental no fazer científico, ao permitir o entendimento da realidade que se pretende investigar. É o processo sistemático e intensivo, que visa à descoberta e interpretação dos fatos inseridos em dada realidade. (LEHFELD, 1991). Para Gil (2002), pesquisa é o procedimento racional e sistemático que visa a proporcionar respostas aos problemas propostos. Isto é, requer-se uma pesquisa quando não há informações suficientes para responder ao problema, ou quando tais informações não se encontram sistematizadas adequadamente. Dessa forma, uma pesquisa deve ser desenvolvida a partir do emprego cuidadoso de métodos adequados, técnicas e procedimentos científicos, a fim de responder à pergunta de pesquisa. (GIL, 2002). Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada em qualitativa ou quantitativa, como se observa nos quadros 1 e 2 abaixo.

Uma abordagem quantitativa é aquela em que o pesquisador utiliza alegações pós-positivistas para desenvolver conhecimento (por exemplo: raciocínio de causa e efeito; redução a variáveis determinas, hipóteses e questões; utilização de medição e observação; teste de teorias a partir da replicação, dentre outros). Assim, utiliza estratégias de investigação, como experimentos e *surveys*, coletando dados sobre instrumentos predeterminados que fornecem estatísticas (CRESWELL, 2003).

É um método que emprega medidas numéricas e estatística. Tende a se basear em medições numéricas de aspectos específicos dos fenômenos estudados – para operacionalizar a pesquisa, torna-se necessária uma redução dos conceitos em variáveis passíveis de medição. Portanto, busca um grau de abstração maior ao fazer descrições gerais ou testar hipóteses causais, além de buscar medidas e análises que sejam replicáveis por outros pesquisadores. (KING; KEOHANE; VERBA, 1996).

Por outro lado, a pesquisa qualitativa aborda uma maior gama de perspectivas, mas, por definição, nenhuma delas se apoia em medições numéricas. Esse tipo de trabalho tende a utilizar um ou poucos casos, a fim de realizar uma análise mais aprofundada sobre o fenômeno estudado. Embora utilizem um menor número de observações – em comparação com estudos quantitativos – os qualitativos geralmente conseguem gerar massivas quantidades de informação a partir de seus estudos, ao focar em um evento em particular, em uma decisão, instituição, em um local, por exemplo. É uma análise mais extensiva, porém com uma menor pretensão de generalização. (KING; KEOHANE; VERBA, 1996).

Quadro 1 – Comparação de aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa

Aspecto	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Enfoque na interpretação do objeto	Maior	Menor
Importância do contexto do objeto pesquisado	Maior	Menor
Proximidade do pesquisador em relação ao objeto de estudo	Maior	Menor
Alcance do estudo no tempo	Intervalo maior	Instantâneo
Ponto de vista do pesquisador	Interno à organização	Externo à organização
Quadro teórico e hipóteses	Menos estruturadas	Definidas rigorosamente

Fonte: FONSECA, 2002.

Quadro 2 – Comparação entre método quantitativo e método qualitativo

Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos	Focaliza uma quantidade pequena de conceitos, a fim de operacionalizar a pesquisa em variáveis mensuráveis
Possui poucas ideias preconcebidas e salienta a importância das interpretações dos eventos mais do que a interpretação do pesquisador	Inicia com ideias preconcebidas do modelo pelo qual os conceitos estão relacionados, visto que trabalha com variáveis e, para tal, é necessária uma redução conceitual
Coleta dados geralmente sem instrumentos formais e estruturados	Utilizada procedimentos estruturados e instrumentos formais para a coleta de dados
Não tenta controlar o contexto da pesquisa, mas captar o contexto na totalidade e de maneira aprofundada	Coleta os dados mediante condições de controle, idealmente

Enfatiza o papel do subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências	Enfatiza a objetividade na coleta e análise de dados
Analisa as informações narradas de uma forma organizada, mas intuitiva	Analisa os dados numéricos através de procedimentos estatísticos

Fonte: GERHARDT; SILVEIRA, 2009.

Segundo Soares (2005), há certa hostilidade em relação aos métodos de cunho quantitativo e à estatística; entretanto, essa aversão a tais métodos não foi ocupada por rigorosos métodos qualitativos, e sim por uma ausência de métodos e de rigor científico.

Ainda para Soares (2005), “o desconhecimento dos métodos qualitativos mais rigorosos também é característico daqueles que se definem como ‘qualitativos’ simplesmente por oposição a ‘quantitativos’. No entanto, ‘qualitativos’ eles não são, porque não usam métodos qualitativos. São apenas não-quantitativos ou anti-quantitativos” (SOARES, 2005, p. 27). Ou seja, são estudiosos que se opõem aos métodos quantitativos, mas não se importam em fazer uso de métodos qualitativos rigorosamente científicos.

Essas deficiências na formação em metodologia podem ser claramente observadas na avaliação de artigos, dissertações, teses e livros – como o que se pretende nessa dissertação, em relação às revistas RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional no ano de 2014.

Torna-se relevante destacar que esse “calcanhar metodológico” não é exclusivo às Relações Internacionais, mas permeia as ciências sociais no geral. Nelson do Valle Silva (1999) fez um levantamento sobre a área da sociologia, como segue: antecipar a conclusão do trabalho no abstract, no meio do texto não

Talvez a melhor forma de avaliar a situação atual da produção quantitativa em ciências sociais seja através do exame dos artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), órgão que congrega todos os programas de pós-graduação em sociologia, antropologia e ciência política do país. Assim, é a publicação que melhor expressa a produção acadêmica dominante. Observe-se que o exame das demais publicações indexadas, tais como a Dados ou a Lua Nova, produzem um quadro muito semelhante. A RBCS começou a ser publicada em 1986 e nestes 13 anos já alcançou 39 números, totalizando 308 artigos. (VALLE SILVA, 1999, p. 4)

Assim, Valle Silva (1999) dividiu os trabalhos em três grupos: 85% não tinha qualificação; 13% apenas possuíam distribuição de frequências e somente 8 dos 308

artigos, isto é, 3%, tinham alguma análise propriamente dita. E, além disso, ao analisar os autores desses 8 artigos que tinham alguma análise quantitativa de fato, ele conclui que todos ou fizeram alguma pós-graduação nos EUA ou são professores de universidades estadunidenses. Isso reforça a influência da escola americana na metodologia, com um viés mais quantitativo do que no Brasil.

Para Soares (2005), “muitos trabalhos ditos qualitativos são, apenas, trabalhos não-quantitativos. Muitos se esquecem que há métodos qualitativos rigorosos, e confundem ensaísmo com trabalhos que usam métodos qualitativos. Deixaram o rigor que deve existir na antropologia e a tradição de pesquisa de campo na ilusão de que, não sendo quantitativos, seus trabalhos seriam antropológicos” (SOARES, 2005, p. 29). Assim, “a hostilidade aos métodos quantitativos e à estatística não foi compensada com métodos qualitativos rigorosos, mas sim por uma ausência de métodos e de rigor” (SOARES, 2005, p. 27).

No Brasil especificamente, a polêmica sobre métodos quantitativos é consideravelmente mais “primitiva”, visto que o behaviorismo chegou posteriormente ao país e isso acabou por limitar o desenvolvimento das ciências sociais em geral, inclusive RI.

Houve um momento em que a revolta contra o método levou alguns à afirmação de que os fenômenos políticos e sociais não eram passíveis do mesmo tratamento rigoroso dados aos fenômenos das ciências exatas e naturais – retificando a visão dos tradicionalistas no Segundo Debate. Outros também acreditam que esses métodos quantitativos seriam essencialmente imperialistas. (SOARES, 2005)

Na formação em ciências sociais no país, a metodologia de pesquisa na formação volta-se, fundamentalmente, para técnicas qualitativas em detrimento das quantitativas.

Em particular, a escassez de cursos de métodos e técnicas, sejam eles quantitativos e qualitativos, acaba prejudicando a formação dos profissionais na área de Ciências Sociais, além de reduzir a qualidade técnica da produção acadêmica. Um dos principais esforços para minorar esse problema foi materializado através do curso de Metodologia Quantitativa (MQ) em Ciências Humanas realizado anualmente pelos departamentos de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (PARANHOS et al, 2002)

São apresentadas como elementos opostos, em que evidentemente os quantitativos aparecem em menor representatividade. (NEIVA, 2015). Contudo, não se pretende reforçar uma dicotomia hipotética entre abordagens quantitativas X qualitativas. Trabalhos

cientificamente rigorosos existem em qualquer contexto, visto que a sofisticação metodológica permeia ambas as abordagens.

Portanto, o objetivo deste trabalho ao mapear os artigos das três revistas mais proeminentes na área das RI – RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional – é contribuir para o debate sobre metodologia no âmbito das Relações Internacionais, ressaltando a relevância de um maior rigor metodológico e sofisticação nos desenhos de pesquisa.

3 METODOLOGIA NOS PERIÓDICOS

3.1 Estratos QUALIS

A fim de se tratar das revistas escolhidas, torna-se relevante explicar brevemente a respeito dos Estratos Qualis e como são utilizados na pesquisa científica do país.

O Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. (CAPES, 2016)

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), comitês de consultores de cada área de avaliação realizam a classificação conforme critérios previamente definidos e aprovados pelo CTC-ES, que buscam refletir a importância relativa dos diferentes periódicos para cada área. (CAPES, 2016)

Dessa forma, a classificação dos periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Segundo a Plataforma Sucupira, o último evento de classificação ocorreu em 2014. Assim, os periódicos são enquadrados em estratos que indicam sua qualidade – sendo A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (CAPES, 2016)

Torna-se relevante destacar que, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, o mesmo periódico pode receber avaliações diferentes. Isso expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado, e não necessariamente inconsistência por parte do corpo editorial. (CAPES, 2016)

O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos, é a Plataforma Sucupira, antes denominada de WebQualis. (CAPES, 2016)

3.2 Seleção das revistas

A fim de operacionalizar o estudo, foram escolhidos três periódicos classificados em A1, A2 e B1, a saber: RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional. A primeira revista, RBPI (A1), é editada desde sua fundação pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). A segunda, Contexto Internacional (A2), é baseada no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. A terceira, Carta Internacional (B1), é uma revista da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

Torna-se relevante destacar que as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais são aglutinadas em uma só área de avaliação para a Capes. Foram escolhidos os três periódicos supracitados porque constituem os principais veículos de artigos científicos no campo das RI no país. Conforme classificação da Plataforma Sucupira, da Capes, seguem abaixo quadros com os títulos dos periódicos na área de avaliação de Ciência Política e Relações Internacionais, no evento de qualificação mais recente conforme a Plataforma, que se deu no ano de 2014. Por tal motivo, serão analisados os artigos publicados em 2014 pelos três periódicos.

A Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI³ foi fundada no Rio de Janeiro em 1958, na era das iniciativas diplomáticas do Governo Juscelino Kubitschek, como a Operação Pan-americana e a integração latino-americana. (IBRI, 2016).

Transferida para Brasília em 1993, a RBPI continua a desempenhar o papel de instrumento privilegiado para o estudo de temas de diplomacia brasileira e de relações internacionais, constituindo uma memória escrita sobre a política externa brasileira e uma fonte de referência fundamental para toda e qualquer pesquisa sobre as relações internacionais contemporâneas e sobre a inserção internacional do Brasil nas últimas cinco décadas. (IBRI, 2016)

A RBPI possui periodicidade semestral, e dedica-se ao debate acerca das relações internacionais contemporâneas, em múltiplas perspectivas. A RBPI é a publicação mais

³ Para mais informações, consultar: <http://www.ibri-rbpi.org/?page_id=119>. Acesso em: 02 nov. 2016.

antiga em circulação no Brasil especializada em temas da agenda internacional e em política externa, e uma das mais tradicionais na América Latina, ocupando desde sua fundação um papel proeminente nos âmbitos cultural e acadêmico da região. A revista é veiculada exclusivamente on-line na Coleção Scielo Brasil, adotando pioneiramente o modelo de publicação continuada. (IBRI, 2016)

Editada desde sua fundação pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, a Revista Brasileira de Política Internacional afirma não traduzir o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filiar a organizações ou movimentos partidários.

A RBPI é publicada com o apoio do Programa Editorial concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (IBRI, 2016)

Contexto Internacional é uma das principais revistas de Relações Internacionais no Brasil. Publicada desde 1985, sua história e desenvolvimento ocorreu paralelamente à do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, constituindo-se como um importante fórum para pesquisas cientificamente rigorosas, inovadoras e que desafiam os limites das RI, particularmente no que se refere à dinâmica e aos desafios vividos no e ao redor do Sul Global. (IRI, 2016)

“Contexto Internacional: *journal of global connections*” é um periódico de Relações Internacionais revisado por pares e publicado no idioma inglês. Até 2015 a periodicidade era semestral, isto é, duas edições ao ano, e posteriormente passou a ter três edições ao ano. Baseado no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, a revista visa a ofertar um fórum para pesquisas conceitualmente inovadoras no campo das Relações Internacionais, entendida em sentido amplo. (IRI, 2016)

O periódico está particularmente interessado em promover e incentivar o desenvolvimento das Relações Internacionais no/do/a partir do Sul Global. Assim, a equipe editorial prefere trabalhos que contribuam para a compreensão da pluralidade de perspectivas presentes no campo de RI, bem como avancem o debate sobre as conexões entre conhecimentos locais e assuntos globais. (IRI, 2016)

A revista recebe submissões de artigos de pesquisa, resenhas temáticas, resenhas de livros e propostas para edições especiais. Todos os manuscritos são submetidos a um rigoroso processo de revisão cega por pares (*double-blind*). Os trabalhos devem ser

originais e não devem ter sido submetidos para publicação em outros lugares enquanto estiverem sendo avaliados pela Contexto.⁴ (IRI, 2016)

A Carta Internacional⁵ é uma revista da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), dedicada à publicação de trabalhos científicos da área. Busca fomentar o debate intelectual qualificado a respeito de temáticas fundamentais do meio internacional que, no âmbito da ABRI, se organizam nos seguintes sete eixos analíticos:

1. Teoria das Relações Internacionais;
2. Instituições Internacionais;
3. Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa;
4. Economia Política Internacional;
5. Análise de Política Externa;
6. História das Relações Internacionais e da Política Externa;
7. Ensino e Pesquisa em Relações Internacionais.

A Carta é uma revista quadrimestral, que recebe, em fluxo contínuo, artigos inéditos redigidos em português ou em inglês, com uma média de 10 artigos por edição. De 2009 a 2014, havia duas edições anuais.

Todo o processo de submissão é feito online, mediante observação das diretrizes para os autores, detalhadas na seção Submissões. A Carta Internacional adota o processo de avaliação por pares em duplo cego (*double-blind peer review*), a fim de garantir maior confiabilidade no processo seletivo. Ainda, a revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, considerando o princípio de que, ao disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público em geral, a publicação proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Criada em 1993 pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI), a Carta Internacional acompanhou o processo de expansão e consolidação do campo das Relações Internacionais no Brasil. No momento de sua criação, a multiplicação exponencial de cursos de graduação não havia sequer começado. Naquele momento, a Carta Internacional cumpria o papel de difusão de informação e veículo de debate entre pesquisadores, na forma de uma *newsletter* que mensalmente discutia temas candentes da política internacional. (CARTA INTERNACIONAL, 2016)

⁴ Para mais informações, acessar: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

⁵ Para mais informações, consultar: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/about>>.

Dez anos depois, a Carta Internacional foi reestruturada como um periódico científico. Com alcance nacional, o estabelecimento desse novo formato coincidiu com a criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Tanto a criação da ABRI, quanto a reestruturação da Carta Internacional como um periódico científico, respondiam às demandas das Relações Internacionais enquanto campo disciplinar em processo de consolidação. (CARTA INTERNACIONAL, 2016)

Reunindo pelo menos uma centena de contribuições de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a Carta Internacional se tornava uma referência para a reflexão acerca da agenda da política internacional no país. Referência importante para um campo que, nesse período, foi marcado pela multiplicação de cursos de mestrado e pela consolidação de seus primeiros doutorados no campo das RI pelo país. É inegável que a ABRI e a Carta contribuíram para o processo de consolidação do campo das Relações Internacionais enquanto disciplina. Portanto, a revista configurou-se como referência necessária para um debate aprofundado e de rigor científico acerca dos principais temas da agenda de pesquisa em política internacional. (CARTA INTERNACIONAL, 2016)

Dado que o evento de qualificação mais recente da Capes, conforme a Plataforma Sucupira, foi em 2014, foram analisados os artigos das três revistas publicados no ano de 2014. Esta pesquisa, portanto, não tem pretensão de generalização para outros recortes temporais ou outras revistas da disciplina. Buscou avaliar a produção científica nos três periódicos selecionados: RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional, no ano de 2014.

Considerando as revistas RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional, temos um total de 61 artigos publicados no ano de 2014. A avaliação da metodologia dos artigos selecionados será feita com base no referencial teórico de Soares (2005)⁶, em seu artigo “O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil”. Portanto, a análise foi feita visualmente artigo por artigo a fim de mensurar quantos utilizaram pelo menos percentagens ou outros dados numéricos, embora não empreguem análise quantitativa; apresentaram informação por meio de alguma forma tabular e/ou gráfico; e quantos utilizaram alguma forma análise estatística. Ainda, foram apontados, a título de informação

⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. In: Carlos Benedito Martins (org.). Para onde vai a pós-graduação em ciências Sociais no Brasil. São Paulo, CAPES / EDUSC / ANPOCS, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a04.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

complementar, os artigos que explicitaram ao longo do corpo suas variáveis, a fim de se obter um panorama geral sobre os três periódicos no ano de 2014.

3.3 Análise da metodologia dos artigos da RBPI em 2014

No ano de 2014, a revista RBPI teve duas edições, perfazendo 22 artigos: 11 na primeira edição e mais 11 na segunda. Dos 22 artigos publicados na RBPI em 2014, dois utilizam gráficos e mais dois utilizam tabelas. São eles:

“From Tegucigalpa to Teheran: Brazil’s diplomacy as an emerging Western country”, por Andrea Quirino Steiner, Marcelo de Almeida Medeiros e Rafael Mesquita de Souza Lima⁷. Nesse artigo, os autores empregam 4 gráficos ilustrando as exportações e importações.

“Chinese Multinational Corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors”, por Danielly Silva Ramos Becard e Bruno Vieira de Macedo⁸. Neste artigo, os autores utilizam dados numéricos ao descrever indicadores econômicos, como em: *“Trade has been growing almost exponentially, reaching US\$ 242 billion in 2011. This is a dramatic increase of more than twenty times since 2000, and the growth seems to be accelerating. It jumped 31.5% from 2010 to 2011”* (BECARD; MACEDO, 2014, p. 143). Ainda, empregam 5 gráficos para ilustrar a análise.

Outro artigo emprega tabelas para sistematizar dados numéricos que fundamentam sua análise. *“A harder edge: reframing Brazil’s power relation with Africa”*, por Pedro Seabra⁹. O autor também utiliza alguns dados percentuais para ilustrar seu texto e 5 tabelas.

A 417% and 433% increase in Brazilian exports and Brazilian imports to and from Africa, respectively, from 2002 to 2012, undoubtedly accounts for evidence of a rising trade pattern. But this trend is even better expressed by values of their common trade balance: during the same period of analysis, it witnessed an overall 426% increase, from US\$ 5 billion to US\$ 26.5 billion – including an all-time record of US\$ 27.7 billion in 2011 alone (Brasil, Ministério das Relações Exteriores 2013).

“O orçamento de defesa dos EUA: racionalidade X pressões domésticas”, por Juliano da Silva Cortinhas¹⁰. Neste artigo, o autor examina como funcionou a combinação

⁷ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00040.pdf>

⁸ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00143.pdf>

⁹ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00077.pdf>

¹⁰ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00058.pdf>

das pressões domésticas e condições sistêmicas no pós-Guerra Fria, por meio da comparação entre os orçamentos de defesa dos EUA no primeiro governo Reagan (1982-1984) e Bush (1989-1992). Para tal, o autor emprega 3 tabelas.

Mais 5 artigos utilizam dados numéricos ao longo do texto, a fim de embasar suas análises. São eles:

“As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009–2012)”, por Héctor Luis Saint-Pierre e Alberto Montoya Correa Palacios Junior¹¹. Nele, os autores analisam a metodologia de aferição de gastos em Defesa do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), destrinchando as variáveis utilizadas para medir esses gastos. Utilizam dados numéricos para embasar suas pesquisas, como se observa no seguinte trecho:

A partir dessas três variáveis são analisados os dados referentes ao período de 2006 a 2010. Nessa primeira etapa, os dados mostram o gasto total em defesa na América do Sul que, nestes cinco anos, foram de US\$ 126 bilhões. Desse total, 44% correspondem aos gastos do Brasil, 17% da Colômbia, 10,7% da Venezuela, 9% do Chile, 8,3% da Argentina, 4,5% do Equador e 4% do Peru. Os demais Estados possuem gastos equivalentes a 1% ou menos do total regional (SAINT-PIERRE; PALACIOS JUNIOR, 2014, p. 32)

“O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul”, por Adriana Erthal Abdenur e Danilo Marcondes de Souza Neto¹². Neste artigo, os autores analisam a cooperação que o Brasil vem desenvolvendo ao longo do Atlântico Sul, com a hipótese de que o país desempenha a função de *region-builder* na construção de uma identidade sul-atlântica, ao mesmo tempo em que visa a uma posição destacada para si. Dessa forma, os autores citam alguns dados numéricos para fundamentar sua análise, como por exemplo no fragmento:

De acordo com o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), entre 2001 e 2010, os gastos militares brasileiros cresceram 30%, com uma média de 2,9% ao ano; de 2004 a 2010, a média anual de crescimento foi de 6,9%. No entanto, destaca-se que os gastos entre 2001 e 2010 mantiveram-se entre 1,5–1,6% do PIB (SIPRI 2011, 170) (ABDENUR; NETO, 2014, p. 10)

¹¹ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00022.pdf>

¹² Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00005.pdf>

“O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)”, por Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa¹³. Neste artigo, os autores versam acerca da política externa no primeiro governo Dilma e, para isso, faz uso de alguns dados numéricos para ilustrar, como por exemplo: “O Comitê Nacional para Refugiados (Conare) chega em 2013 à soma de 4.500 beneficiados pelo governo brasileiro com o asilo político: 64% da África, 22% da América e 10% da Ásia.” (CERVO; LESSA, 2014, p. 138)

“A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma”, por Paulo Fagundes Vizontini & Analúcia Danilevycz Pereira¹⁴. Os autores utilizam de alguns dados numéricos para demonstrar seus argumentos acerca da transição política na Coreia do Norte, como se observa no trecho: “O crescimento industrial durante o Plano Trienal 1953-1956 (reconstrução) foi de 41,7%, e o crescimento foi mantido durante toda a década de 1960, com o lançamento do Primeiro Plano de Sete Anos 1961-1967” (VIZENTINI; PEREIRA, 2014, P. 181)

“*Considerations about the recommendations of the Commission on the Limits of the Continental Shelf on the Amazon fan*”, por Rodrigo Fernandes More¹⁵. Neste artigo, o autor tem uma abordagem de caráter mais legalista, de modo a apresentar os principais aspectos legais e técnicos sobre a controvérsia a respeito do Cone do Amazonas. Dessa forma, faz uso de dados numéricos ao descrever o território, como na seguinte passagem:

Comparatively, considering the total official area of Brazil of 8,515,767,049 km² (IBGE 2010), this addition corresponds to 11% of the national territory, or the summed up area of 13 states: Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, and Distrito Federal. Almost the same of Egypt (1,001,049 km²) and a little bigger than Venezuela (912,015 km²).

In April 2007, the CLCS delivered its recommendations to Brazil about the outer limits proposed. A summary of the Recommendations was disclosed by CLCS on August 24, 2011, which includes restrictions of approximately 19% of the total demanded area (approximately 200,000 km², or the area equivalent to the states of Rio de Janeiro, Espírito Santo and Santa Catarina, or two times the area of Portugal, 92,152 km²), more precisely about four areas: a) the Amazon Fan; b) the North Brazilian Ridge; c) the Vitória-Trindade Ridge; and d) the São Paulo Plateau and Meridional Continental Margin, even though the limits of approximately 765,000 km² were recommended as the continental shelf of Brazil (MORE, 2014, p. 118),

¹³ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf>

¹⁴ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00176.pdf>

¹⁵ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00117.pdf>

Dos 22 artigos que a RBPI publicou em 2014, dois utilizaram da metodologia quantitativa, a saber: “*Economic sanctions and human rights: an analysis of competing enforcement strategies in Latin America*”, por Cristiane de Andrade Lucena Carneiro¹⁶; e “*UN Security Council decision-making: testing the bribery hypothesis*”, por Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa e Mariana Baccarini¹⁷;

“*Economic sanctions and human rights: an analysis of competing enforcement strategies in Latin America*”, por Cristiane de Andrade Lucena Carneiro. Neste artigo, a autora trata das consequências das sanções econômicas para a proteção dos direitos humanos na América Latina. Ela inicia sua investigação com o objetivo de revelar as consequências das sanções econômicas para a proteção dos direitos humanos – dentre países que foram alvo justamente devido ao seu histórico deficitário em proteção aos direitos humanos.

Seu texto é dividido em seções: discussão sobre a literatura, que fornece as hipóteses; dados, métodos e modelo econométrico; análise propriamente dita; resultados da análise; conclusão com instruções para futuras pesquisas

A partir da literatura sobre sanções e *compliance*, formulam-se três hipóteses:

- H1: Sanções econômicas melhoram o nível de proteção aos direitos humanos do país-alvo.
- H2: Sanções econômicas não melhoram o nível de proteção aos direitos humanos do país-alvo.
- H3: Sanções econômicas melhoram o nível de proteção aos direitos humanos de países em regiões que não foram alvo.

Na seção sobre dados e métodos, a autora explicita quais bancos de dados vai utilizar e o porquê, como restringiu geograficamente e temporalmente o escopo da pesquisa. Explicita o que espera com as variáveis, a partir da revisão da literatura.

A fim de investigar a relação entre sanções econômicas e proteção aos direitos humanos, a autora precisa coletar dados empíricos. Sobre sanções econômicas, usa o estudo sobre eficácia de sanções econômicas por Hufbauer, Schott, Elliott et. al (2007), que cobre o período de 1914-2004. Esse banco de dados possui informações sobre o objetivo do emissor – que varia desde democratização a conflitos fronteiriços, narcóticos e direitos humanos. Ela restringe ainda mais o banco de dados, com casos em que o objetivo

¹⁶ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00197.pdf>

¹⁷ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00029.pdf>

era a melhora na proteção aos direitos humanos no país-alvo. Ainda restringiu o escopo geográfico aos países da América Latina com mais de 500 mil habitantes em 2000.

Já sobre os direitos humanos, existem várias fontes de dados. Dentre elas, destacam-se: a) Freedom House's civil liberties and political rights scores, disponível de 1972 a 2008; b) Cingranelli and Richards (CIRI) database on human rights, disponível de 1981 a 2008; c) Political Terror Scale, disponível de 1976 a 2007. Considerando o grau de confiabilidade e abrangência, a autora escolhe trabalhar com o último banco de dados (PTS), pois foca nas violações mais sérias dos direitos humanos, como assassinatos políticos, sequestros políticos e tortura. Esses foram apontados como os tipos de violação aos direitos humanos que motivaram a imposição de sanções econômicas à América Latina durante o período estudado, de 1976 a 2004. Assim, a análise abrange 24 países ao longo de 28 anos (841 observações país-ano).

Suas variáveis controle são população, PIB per capita, tipo de regime e incidência de conflito. Ela destrincha a fonte de cada uma dessas variáveis, quais suas expectativas com a estatística. Dada a natureza dos dados, executa uma regressão logística ordinal, com erros-padrão agrupados por país em *clusters*. As estatísticas descritivas são apresentadas no apêndice do artigo, com mais profundidade.

O artigo contribui para o debate sobre observância das obrigações em relação aos direitos humanos, mais especificamente no que tange ao papel das sanções econômicas. Assim, a pesquisa propõe um mecanismo causal alternativo, em que sanções econômicas operam como uma ameaça dentro dos limites geográficos de uma região.

A autora encerra seu artigo com um apêndice demonstrando a parte de estatística descritiva utilizada na análise. Considerando a sofisticação metodológica da autora, decidi pesquisar quais suas qualificações acadêmicas. Não para minha surpresa, ela teve parte de sua formação nos EUA, inclusive ministrou disciplinas em duas universidades americanas. De acordo com o currículo Lattes¹⁸, ela:

Possui doutorado em Ciência Política, pela New York University (2006). É professora doutora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Ministrou disciplinas no Programa em Relações Internacionais da Universidade da Pensilvânia, aonde fez Pós-Doutorado (2007-2008), e no Departamento de Ciência Política da New York University. Possui graduação em Direito e Mestrado em Ciência Política, pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é membro da Rede sobre a Regulação do Comércio Internacional (associada à Cátedra da OMC) e do Inter-American Human Rights

¹⁸ Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/4365661511320432>

Network. É pesquisadora do NECI e do CAENI, na Universidade de São Paulo. Publicou sobre compliance e sobre o desenho de regimes internacionais, com ênfase para as consequências das sanções econômicas para a proteção dos direitos humanos. Tema atual de pesquisa: desenho de regimes internacionais, solução de controvérsias, direitos humanos, OMC, compliance.

Essa informação reforça a tese de Valle Silva (1999), quando avaliou a Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), órgão que congrega todos os programas de pós-graduação em sociologia, antropologia e ciência política do país. De 1986 a 1999, foram publicados 308 artigos, dos quais apenas oito, menos que 3% do total, demonstravam alguma análise. Ao analisar os autores desses oito artigos, Valle Silva (1999) conclui que sete ou fizeram alguma pós-graduação nos EUA ou são professores de universidades norte-americanas. A autora do artigo em questão não só fez o doutorado e pós-doutorado nos EUA, como também ministrou disciplinas na UPENN (Universidade da Pensilvânia, EUA) e na NYU (New York University, EUA).

Na edição Nº. 2/2014 da RBPI, encontra-se outro artigo de metodologia quantitativa: “*UN Security Council decision-making: testing the bribery hypothesis*”, por Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa¹⁹ e Mariana Baccharini²⁰. Neste artigo, os autores iniciam com uma revisão da literatura sobre o tema. Depois, separam 4 hipóteses, destrinchando uma por uma, a saber:

- H1: A quantidade de ajuda que um país recebe dos EUA, direta ou indiretamente, está positivamente correlacionada com sua afinidade política com os EUA.
- H2: A quantidade de ajuda que um país recebe dos EUA, direta ou indiretamente, está negativamente correlacionada com sua riqueza.
- H3: Recebedores de ajuda devem receber mais ajuda durante sua qualidade de membros do Conselho de Segurança da ONU, ou imediatamente depois, do que nos anos não relacionados à adesão, pelo menos se esses anos de participação no CS forem considerados muito importantes.
- H4: Todos esses resultados devem ser mais fortes e mais significantes até 1991, e mais fracos e menos significantes depois disso.

¹⁹ Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/5414283625973469>

²⁰ Ver mais em: <http://lattes.cnpq.br/4830937412724815>

Posteriormente, na seção sobre metodologia, os autores justificam a escolha da amostra, visto que o estudo pretende ser uma avaliação preliminar, em vez de analisar dados para todos os países da ONU. Para isso, pegam os dados de Kuziemko e Werker (2006b) sobre relevância política do Conselho de Segurança. Depois, desprezam os anos de 1946 a 1950, porque foi um período em que o mundo se ajustava ao final da II Guerra e a ONU ainda estava se consolidando, então o número de membros era baixo para os padrões atuais.

Depois de reduzir o escopo temporal, os autores selecionaram os anos com maior ranking em que o Brasil estava no Conselho de Segurança. Isso foi feito a fim de garantir que haveria ao menos um membro do CS em um ano muito importante, que teria pertencido à ONU desde seu início e que também fosse uma potência intermediária, cujas capacidades mudaram no período. Então, foram selecionados os anos de 1964 e 1993, conforme essas diretrizes, anos que ficaram em 8º e 9º lugar na escala de Kuziemko e Werker (2006b). Dessa forma, os autores mitigaram o viés de seleção, ao justificarem todo o processo de escolha da amostra. Lembrando que, por pretender ser uma avaliação preliminar, não utilizaram todos os dados de todos os países em todos anos.

Posteriormente, os autores relatam passo-a-passo os procedimentos metodológicos, especificando as variáveis utilizadas e justificando sua utilização. Ao fim, conceberam um *z-scored*, ou *Agreement Index*, uma contribuição metodológica fundamental, que permite comparar quanto os países na amostra compararam em termos de votação favorável aos EUA em qualquer momento particular.

This has major methodological and analytical implications that have not been noticed by other analysts using those data. By not taking into account that trend, some analyses that focus on individual countries and show them distancing themselves from the US do not realize that, compared to the others, they are actually getting closer to the US. Our Agreement Index z-scored captures and reveals this dynamic. We claim it to be far superior to the other analytical treatments of the subject, at least to our knowledge. (COSTA; BACCARINI, 2014, p. 40)

Em vez de conclusões, por se tratar de uma avaliação preliminar, os autores chamam de indicações, elencando cinco pontos:

1. O nível de competição política devido à distribuição sistêmica de capacidades é um fator primordial na explicação sobre o comportamento de grandes potências em uma organização internacional.
2. Organizações internacionais não são irrelevantes.

3. Organizações internacionais não são meras extensões do poder das grandes potências.
4. Uma estrutura internacional menos competitiva do ponto de vista político dá aos países menores uma atuação mais livre e com menos influência política.
5. Muitos países receptores de ajuda não recebem uma maior parcela de ajuda durante sua participação não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, mesmo quando esses anos de assento não-permanente no CS são tidos como importantes em alguma medida.

Ainda, torna-se relevante destacar que, ao longo do artigo, os autores utilizaram 8 tabelas para sistematizar os dados estatísticos empregados na análise, o que facilita inclusive o entendimento por parte do leitor.

Portanto, considerando os 22 artigos publicados na RBPI no ano de 2014, tem-se que 2 utilizaram metodologia quantitativa em sua análise; 4 fazem uso de tabelas e/ou gráficos como recurso gráfico para sistematizar as informações, e mais 5 artigos utilizam dados numéricos ao longo do texto, a fim de embasar suas análises. Foi possível perceber que o número dos cientistas sociais que usam dados quantitativos no país é muito pequeno, mormente no que diz respeito ao uso de técnicas sofisticadas.

3.4 Análise da metodologia dos artigos da Contexto Internacional em 2014

Em 2014, a revista Contexto Internacional teve duas edições, totalizando 21 artigos, sendo 9 na primeira edição e 12 na segunda. Dos 21, nenhum utilizou metodologia quantitativa em seu desenho de pesquisa.

Dos 21 artigos no total, 6 utilizam algum tipo de dado numérico para ilustrar o texto. São os seguintes:

“Humanitarismo e a Favela Global: Violência Urbana e Ação Humanitária no Rio de Janeiro”, por Carolina Moulin e Jana Tabak²¹. Por exemplo, ao falar das dimensões das favelas no estado do Rio de Janeiro, as autoras trazem dados numéricos para ilustrar: “O censo demográfico de 2010 mostrou que o Rio de Janeiro tem a maior população de favelas no Brasil, com mais de 1,3 milhão de pessoas morando em 763 favelas, o que equivale a 22% de toda a população brasileira (GALDO, 2011)”.

²¹ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a02v36n1.pdf>

“Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado”, por Javier Alberto Vadell e Pedro Henrique Neves de Carvalho²². Os autores utilizam de vários dados sobre indicadores econômicos sobretudo para abordar o tema, como: “Ainda, o Banco Mundial (1994) enfatizava que o balanço de pagamentos na América Latina, entre 1970 e 1993, reforçou um déficit de 0,3%, passando para 3,7% ao final de 1993”. Não é um trabalho quantitativo de forma alguma, só utiliza de dados numéricos nos indicadores econômicos para ilustrar o texto.

“Leituras do Império: O Poder Global dos Estados Unidos Reavaliado”, por José Maurício Domingues²³. No artigo, o autor revisita o conceito de Império, adentrando no arcabouço teórico sobre o tema. Utiliza de dados numéricos para demonstrar as capacidades estadunidenses, a exemplo: “Se nos anos 1950, na saída de uma guerra que destruiu grande parte do mundo, os EUA tinham 35% do Produto Interno Bruto (PIB) global e isso caiu para 27% em 1970, mantendo-se mais ou menos constante desde então acima de 20% [...]” (DOMINGUES, 2014, p. 175)

“A Cultura Humanitária Contestada em Zonas de Guerra”, por Thomas G. Weiss.²⁴ O autor utiliza-se de alguns dados numéricos a fim de ilustrar seu texto, como por exemplo: “Na última década, os governos desembolsaram em torno de 110 bilhões de dólares para assistência humanitária. Em 2010 e 2011, eles proveram aproximadamente 14 bilhões por ano e quase 13 bilhões em 2012. As contribuições particulares voluntárias atingiram o pico de 6,3 bilhões de dólares em 2010 (aproximadamente 5 bilhões em 2012), depois de terem batido em 3 bilhões em 2007 (GHA, 2013, p. 20, p. 30).” (WEISS, 2014, p. 321)

“A Rodada Uruguaí e a África: Uma Crítica à Abordagem Liberal do Regime de Comércio”, por Igor Abdalla Medina de Souza²⁵. Este artigo foi posteriormente retratado pelo Comitê Editorial da Contexto Internacional por ser uma transcrição próxima de outro artigo já publicado anteriormente: Igor Abdallah Medina de Souza, “*An offer developing countries could not refuse: how powerful states created the World Trade Organisation,*” *Journal of International Relations and Development*, 9 August 2013. Contudo, por ainda estar disponível a versão em PDF no Portal Scielo, foi possível uma breve análise sobre o mesmo. O autor utiliza 5 quadros para esquematizar informações sobre temáticas

²² Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a03v36n1.pdf>

²³ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a06v36n1.pdf>

²⁴ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0305.pdf>

²⁵ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0385.pdf>

pertinentes ao texto, dados descritivos. Sobre dados numéricos, o autor utiliza em alguns trechos de seu texto, a fim de embasar sua pesquisa acerca do Regime de Comércio, como por exemplo: “Como afirmou T. N. Srinivasan (1998, p. 100), “quase todas as estimativas de ganhos [da Rodada Uruguai] sugerem que a África Subsaariana, na verdade, poderá perder ao invés de ganhar”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estima que a África Subsaariana perde 1,2 bilhão de dólares anuais por causa do Acordo da OMC (PNUD, 1997, p. 82). Stiglitz e Charlton (2005, p. 47) relataram que os 48 países de menor desenvolvimento relativo sofrem perdas líquidas anuais da ordem de 600 milhões de dólares.” (SOUZA, 2014, p. 397)

“*Iran Talks: Das Palavras aos Atos. A Declaração de Teerã e o Plano de Ação Conjunto de Genebra em Perspectiva*”, por Antônio Jorge Ramalho da Rocha e Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu Pereira²⁶. Nesse texto, os autores utilizam de dados numéricos, como porcentagens, para descrever os acordos, como em: “O Irã comprometeu-se a diluir metade de seu estoque de urânio enriquecido a 20%, para que a concentração se reduza a não mais do que 5%. Comprometeu-se, também, a não enriquecer qualquer quantidade de urânio acima de 5% nos próximos seis meses e a apenas manter, sem aumentar, o nível das atividades das plantas de enriquecimento de Natanz, Fordow e Arak.” (ROCHA; PEREIRA, 2014, p. 669)

Dos 21 artigos publicados no ano de 2014 na revista, 6 utilizaram algum tipo de tabela para organizar dados numéricos, embora não cheguem a configurar estudos quantitativos:

“Segurança Energética e Mudanças Climáticas na União Europeia”, por Giorgio Romano Schutte²⁷. Utilizou 4 tabelas e 4 gráficos.

“A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição”, por João Carlos Amoroso Botelho²⁸. É um estudo qualitativo, com pretensão de criar um conjunto de critérios para aferir o grau de institucionalização de blocos de integração, fugindo da noção centrada unicamente na União Europeia. Para tal, o autor buscou estabelecer as bases conceituais e empíricas para uma agenda de pesquisa que aproveite a metodologia desenvolvida por ele. Assim, utiliza-se de 25 quadros em que aplica os critérios fomentados sobre o nível de institucionalização nos indicadores analisados em seu trabalho aos 4 blocos de integração regional selecionados.

²⁶ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0655.pdf>

²⁷ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a04v36n1.pdf>

²⁸ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a08v36n1.pdf>

“Governança e Difusão de Normas para a Gestão de Aquíferos Compartilhados: O Papel do ISARM”, por Matilde de Souza, Carla Pereira Silva e Luciana Mendes Barbosa²⁹. As autoras utilizam 2 gráficos e 1 tabela para ilustrar o texto.

“Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos”, por Leandro Teixeira dos Santos e Marcelo Milan³⁰. Os autores abordam teorias de internacionalização e, para ilustrar, utilizam 3 gráficos ao longo do texto e 2 tabelas com os indicadores econômicos.

“Parceria Trans-Pacífico: Novas Geometrias no Capitalismo Global”, por Hoyêdo Nunes Lins³¹. É um trabalho qualitativo, composto por pesquisa bibliográfica e documental. Utiliza-se de um mapa demonstrando os países em negociação sobre a Parceria Trans-Pacífico, e 2 tabelas com indicadores econômicos, para ilustrar.

“Ideias e Política externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco”, por Suhayla Khalil e Vágner Camilo Alves³². Os autores utilizam 3 tabelas para sistematizar dados numéricos e ilustrar o texto.

Ainda, apenas dois dos 21 artigos no ano de 2014 identificam explicitamente as variáveis utilizadas no estudo:

“A Modernização Militar da China e a Distribuição de Poder no Leste Asiático”, por Arthur Coelho Dornelles Jr³³. O autor explicita bem a hipótese, elenca variáveis dependentes e independentes.

A hipótese adotada é a de que, atualmente, o ELP é capaz de degradar seriamente a capacidade de combate das forças estadunidenses em uma guerra marítima (convencional), por meio de operações de cunho assimétrico, apoiadas em suas capacidades aeronavais, missilísticas e informacionais. Para responder ao problema de pesquisa, serão consideradas as variáveis apresentadas abaixo.

Variável Independente 1 – capacidade de combate do ELP. Indicadores: táticas assimétricas; meios para operações assimétricas.

Variável Independente 2 – capacidade de combate das Forças Armadas estadunidenses. Indicadores: meios militares (apenas o estritamente necessário para efeito de comparação, com o único propósito de determinar as dimensões da força que o ELP deve combater).

Variável Dependente 1 – capacidade de travar uma guerra marítima (convencional) contra os Estados Unidos. Classificada em: 1) capaz de vencer ou degradar seriamente a capacidade de combate das forças estadunidenses no Leste

²⁹ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a09v36n1.pdf>

³⁰ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0457.pdf>

³¹ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0623.pdf>

³² Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0683.pdf>

³³ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n1/a05v36n1.pdf>

Asiático; ou 2) incapaz de vencer ou mesmo degradar seriamente a capacidade de combate inimiga.

Variável Dependente 2 – distribuição de poder no Leste Asiático (bipolar equilibrada, bipolar desequilibrada). (DORNELLES JR, 2014, p. 148)

Sobre metodologia, ele afirma que “O método utilizado será o de estudo de caso – comparação focada e estruturada, o que nos permitirá comparar os valores das variáveis independentes dos dois casos em questão. Tal comparação terá um caráter sincrônico, ou seja, considerará os valores das variáveis em um dado momento, apenas (VAN EVERA, 1997)” (DORNELLES JR, 2014, p. 148)

“Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa na Unipolaridade”, por Lucas Pereira Rezende³⁴. É um texto sobre modelo teóricos, que identifica as variáveis independentes para responder a pergunta de pesquisa, na seção intitulada “As Variáveis Independentes da Cooperação Realista Ofensiva em Defesa na Unipolaridade”: “Se os Estados tiverem a cooperação em defesa como um meio de maximizarem o seu poder, aumentando a sua capacidade de sobrevivência, devem atentar para as seguintes variáveis: (1) a distribuição de recursos entre as unidades do sistema; (2) o tipo de cooperação; (3) o efeito da cooperação na capacidade estatal; (4) o desenho das instituições geradas; e (5) a emulação de casos bem-sucedidos.” (REZENDE, 2014, p. 531)

Portanto, analisando a Revista Contexto Internacional no ano de 2014, temos que, de 21 artigos, nenhum utilizou metodologia quantitativa em seu desenho de pesquisa; 6 utilizam algum tipo de dado numérico para ilustrar o texto; 6 utilizaram algum tipo de tabela para organizar dados numéricos, embora não cheguem a configurar estudos quantitativos; e apenas 2 identificam explicitamente as variáveis utilizadas no estudo.

3.5 Análise da metodologia dos artigos da Carta Internacional em 2014

Na Revista Carta Internacional, foram publicados 18 artigos no ano de 2014. Nenhum possui desenho de pesquisa quantitativo, a exemplo da Contexto Internacional, analisada na seção anterior.

Apenas 5 utilizam-se de gráficos e/ou tabelas no texto, são eles:

³⁴ Ver mais em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0519.pdf>

“As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica”, por Helton Ricardo Ouriques³⁵ O autor utiliza dados estatísticos sobre indicadores econômicos, como por exemplo exportações e importações chinesas. Dessa maneira, emprega recursos gráficos em seu texto, a saber 5 tabelas, 2 gráficos e 2 anexos com tabelas.

“Cooperação Sul-Sul e *Policy Transfer* em Saúde Pública: análise das relações entre Brasil e Moçambique entre 2003 e 2012”, por Carlos R. S. Milani e Roberta Nunes Lopes³⁶ No estudo, os autores utilizam alguns dados em porcentagem para ilustrar. Também elaboram uma tabela sobre os projetos de cooperação no campo da saúde entre Brasil e Moçambique (2003-2012), com os valores em dólares.

Em 2009, foi criado do Grupo Temático de Cooperação Internacional em Saúde (GT-CIS), que produziu documentos de referência para a cooperação nesse setor. Segundo o Relatório de Gestão 2010 da AISA, a América Latina e a África eram as regiões que tinham o maior número de projetos de CSS do Brasil, sendo 84 na América Latina (70,5% do total) e 44 na África (29,5%). No caso latino-americano, o Caribe apresentava 18 projetos, ao passo que a América Central e do Sul surgia com 38 projetos, totalizando cerca de 9,2 milhões de dólares EUA. No caso do continente africano, nos países membros da CPLP eram desenvolvidos 29 projetos (66% do número total de projetos para a África), contando com cerca de 30 milhões de dólares EUA, ou seja, 90% do total do orçamento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Segundo a AISA, eram dez os projetos conduzidos pelo Brasil em Moçambique, no período entre 2003 e 2012, na área da saúde – resumidos na Tabela 1, a seguir. [...] (MILANI, LOPES, 2014, p. 65)

“Fome e Relações Internacionais: uma agenda oportuna para o Brasil”, por Thiago Lima³⁷. Em seu texto, o autor faz uso de 3 gráficos para ilustrar a temática abordada, o primeiro sobre o número de pessoas subnutridas no mundo, o segundo sobre o percentual de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento e o terceiro sobre a distribuição da fome por região do mundo, em 2008. Os gráficos tornam-se de extrema relevância à medida que permitem melhor observação dos dados abordados no corpo do texto.

“Projeção de poder estatal e transnacionalização de interesses: uma análise do comportamento dos Estados Unidos na UNESCO”, por Dawisson Lopes e Jéssica Fernandes³⁸. Nesse texto, os autores utilizam um gráfico para sistematizar as informações contidas no corpo do texto.

³⁵ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/122/77>

³⁶ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/121/78>

³⁷ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/111/80>

³⁸ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/217/103>

“Os critérios de convergência de Maastricht e as instabilidades macroeconômicas na formação da crise econômica e financeira nos GIPS”, por Rafael Henrique Dias Manzi³⁹ O autor utiliza 5 gráficos e 4 tabelas, com indicadores econômicos com PIB, superávit, déficit, evolução da dívida pública, dentre outros.

Dos 18 artigos publicados na revista no ano de 2014, outros dois utilizaram de dados numéricos para ilustrar a pesquisa e fundamentar a pesquisa, embora não tenham utilizado gráficos e/ou tabelas:

“A grande fragmentação na América Latina: globalizados, reticentes e bolivarianos”, por Paulo Roberto Almeida⁴⁰. Em seu texto, o autor faz uso de diversos dados numéricos a fim de embasar sua análise acerca da fragmentação na América Latina, por exemplo:

Um século atrás, a Argentina era mais rica do que a França, pelo menos em renda per capita: ela conseguia alcançar 73% do PIB per capita dos americanos, enquanto a França superava com dificuldades 60% (o Brasil era cinco ou seis vezes menos rico do que a Argentina, realizando, se tanto, 11% da renda da média americana). Atualmente, os Argentinos alcançam o máximo de 1/3 da renda per capita dos americanos, e são também apenas um terço mais ricos que os brasileiros. (ALMEIDA, 2014, p. 84)

“Desdobramentos da crise financeira de 2007-08: reforma da arquitetura financeira tradicional e inovações no desenho institucional do regime financeiro internacional”, por Marília Romão Capinzaiki e Jaime César Coelho⁴¹. No texto, os autores usam dados numéricos sobretudo ao citar quantidades monetárias, como em:

Atualmente, os acordos GAB e NAB totalizam uma capacidade de empréstimo de aproximadamente SDR 370 bilhões (ou US\$ 559 bilhões, aproximadamente). Em abril de 2010, o NAB foi expandido em SDR 367.5 bilhões, com participação adicional de 13 países, entre eles, países emergentes que fizeram contribuições significativas (CAPINZAIKI; COELHO, 2014, p. 150)

Portanto, dos 18 artigos publicados no ano de 2014 na Revista Carta Internacional, temos que nenhum possui desenho de pesquisa quantitativo, a exemplo da Contexto Internacional, analisada na seção anterior. Apenas 5 utilizam-se de gráficos e/ou tabelas no texto, e mais 2 utilizam de dados numéricos para fundamentar a análise e ilustrar o texto.

³⁹ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/148/104>

⁴⁰ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/86/79>

⁴¹ Ver mais em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/146/84>

3.6 Resultados

Em uma inspeção visual dos 22 artigos publicados na RBPI, 21 na Contexto Internacional e mais 18 na Carta Internacional no ano de 2014, perfazendo 61 artigos, tem-se que: apenas dois utilizaram método quantitativo, isto é, 3,3% do total. 13 artigos utilizaram algum tipo de dado numérico para ilustrar e/ou fundamentar suas análises, o que significa 21,3% do total. 15 dos 61 apresentaram informação utilizando alguma forma tabular ou gráfico, compreendendo 24,6% do total.

Gráfico I – Artigos analisados por periódico (2014)

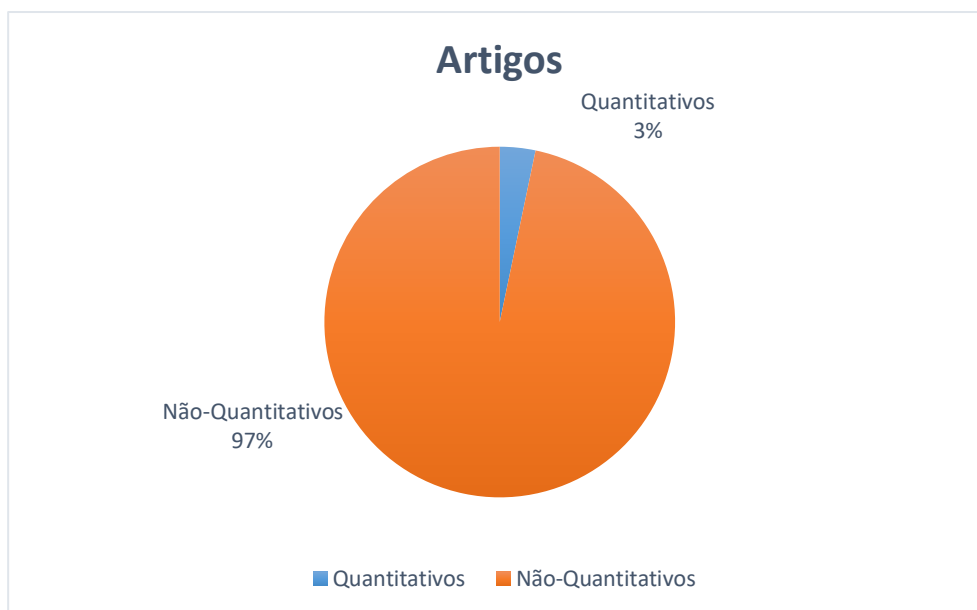


Fonte: Elaborado pela autora com dados da análise.

Vale ressaltar que, para além da classificação em quantitativo ou qualitativo, a maioria dos trabalhos avaliados conforme o referencial de Soares (2005) nos periódicos RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional não se mostrou nem qualitativa nem quantitativa, nem quali-quanti, não demonstrando maior preocupação com rigor metodológico de qualquer tipo ou ao menos explicitando as variáveis utilizadas, bem como análise e coleta de dados para falsear a(s) hipótese(s). Isso é preocupante, pois são periódicos renomados no âmbito das RI no país e, portanto, deveria ser esperado que os autores prezassem por um maior rigor metodológico em suas pesquisas. Portanto,

considerando os 61 artigos analisados dos três periódicos no ano de 2014, a produção científica quantitativa no campo das RI no Brasil é bastante escassa.

Gráfico II – Artigos Quantitativos x Não-Quantitativos na RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional (2014)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da análise.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a avaliar a produção científica em trabalhos em Relações Internacionais nas revistas publicados nas Revistas RBPI, Contexto Internacional e Carta Internacional no ano de 2014, a fim de se comparar a metodologia em trabalhos de RI nessas três fundamentais revistas científicas.

Conforme demonstrado na seção anterior, os achados reforçam a teoria de Soares (2005)⁴²: o calcanhar metodológico das ciências sociais também se aplica ao campo de

⁴² SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. In: Carlos Benedito Martins (org.). Para onde vai a pós-graduação em ciências Sociais no Brasil. São Paulo, CAPES / EDUSC/ ANPOCS, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a04.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

estudo das RI. O panorama encontrado com a análise permanece o mesmo: as ciências sociais no país – inclusive as RI – continuam primordialmente não quantitativas. Com as análises sobre os artigos das três revistas em 2014, fica evidente que trabalhos com nível de sofisticação estatística foram raríssimos, apenas 2 dos 61 artigos utilizaram métodos quantitativos, e coincidência ou não, os dois estavam na RBPI, classificada como A1, o nível mais alto. A preocupação metodológica com explicitar variáveis, coleta e análise de dados também foi bastante limitada, de modo que se observou em apenas outros 2 artigos, num total de 61.

Se existe verdadeiramente uma hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística nas RI brasileiras – conforme afirmam diversos autores a respeito das ciências sociais, como Cano (2012), Ramos e Monsma (2012) e Soares (2005), esse não foi o escopo desta pesquisa. Este estudo não tem pretensão de discutir as causas de se terem poucos artigos quantitativos ou até poucos que usam métodos criteriosos, mas sim de suscitar o debate sobre a necessidade de se pensar em metodologia nas Relações Internacionais a partir da avaliação dos artigos publicados nos três principais periódicos da área no ano de 2014.

Como diz Landman (2004), bons métodos produzem bons estudos. Contudo, bons métodos não significam necessariamente números, análises estatísticas e métodos quantitativos, mas sim honestidade intelectual sobre o assunto a ser estudado e *como* se estuda. Isso implica perguntas de pesquisa com significância, prudência ao teorizar relações entre variáveis (especialmente relações causais) e possíveis resultados, desenhos de pesquisa bem considerados, coleta e análise de dados feitas criteriosamente, para se obterem inferências lógicas dessa análise.

Portanto, o método está ligado intimamente às perguntas de pesquisas e às respostas a tais perguntas. A fim de se contribuir para o conhecimento científico na área de estudo – quaisquer que sejam – é primordial manter essa preocupação com o método. Assim, preconiza a necessidade de ensinar, estudar a aplicar métodos de rigor científico, sem distinção entre quantitativos e qualitativos, a fim de mudar o curso das ciências sociais como um todo no país, mas especificamente sobre as RI.

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl R. et al. *Survey research methods*. Belmont, CA: Wadsworth Publishing Company, 1973.

BARBETTA, Pedro A. *Estatística Aplicada às ciências sociais*. Editora da UFSC, 6ª edição, Florianópolis, 2006.

BARROW, Michael. *Estatística para economia, contabilidade e administração*, Ed. Ática, São Paulo. 2008.

BHATTACHERJEE, A. *Social Science Research: Principles, Methods, and Practices*, Textbooks Collection, Florida, 2012.

BECK, Nathaniel; KING, Gary; ZENG, Langche. Improving Quantitative Studies of International Conflict: A Conjecture. *American Political Science Review*, v. 94, n. 1, p. 21–36. Março de 2000. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/files/gking/files/improv.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Case Study Methods in the International Relations Subfield. *Rev. Comparative Political Studies*, v. 40, n. 2, p. 180-195, Fev. 2007.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Qualitative research: Recent developments in case study methods. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 9, p. 455-476, 2006.

BERG, Bruce Lawrence; LUNE, Howard; LUNE, Howard. *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston, MA: Pearson, 2004. Disponível em: <https://mthoyibi.files.wordpress.com/2011/05/qualitative-research-methods-for-the-social-sciences__bruce-l-berg-2001.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (eds). *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press. 2007.

BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Ed.). *The Oxford handbook of political methodology*. Oxford Handbooks Online, 2008. Disponível em: <http://eunacal.org/metodakerkimi/wp-content/uploads/2012/01/literatura/The_Oxford_Handbook_of_Political_Methodology.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2015.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David (Ed.). *Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards*. Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

BULL, H. 1966. International Theory: The Case for a Classical Approach. *World Politics* 18(3), pp. 361-377

CAPES. Classificação da Produção Intelectual. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

CAPES. Plataforma Sucupira. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em 02 nov. 2016.

COLLIER, David. New Perspectives on the Comparative Method. In: RUSTOW, Dankwart A.; ERICKSON, Kenneth Paul. Comparative political dynamics: Global research perspectives. Harper Collins Publishers, 1991.

CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Rev. Sociologias, 14 (31), p. 94-119. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2016.

COLLIER, David. The Comparative Method. Political Science: The State of Discipline II, p. 105-119, Ada W. Finifter, ed., American Political Science Association, 1993. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID1540884_code1411717.pdf?abstractid=1540884&mirid=1>. Acesso em: 27 abr. 2015.

COPPEDGE, Michael. Thickening thin concepts and theories: combining large N and small in comparative politics. Comparative Politics, p. 465-476, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/422240?uid=2134&uid=392584141&uid=2&uid=70&uid=3&uid=392584131&uid=60&sid=21106234767131>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

CRESWELL, John W. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Sage publications, 2003.

ELMAN, Colin. Explanatory typologies in qualitative studies of international politics. International organization, v. 59, n. 02, p. 293-326, 2005. Disponível em: <<http://www.wjh.harvard.edu/nsfqual/Elman%20Paper.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ENTRELINE, Andrew. A guide to writing research projects in graduate political science courses, Working Paper, 2007. Disponível em: <<http://davinci.cascss.unt.edu/users/aje0004/projectguidev4b.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

ERICKSON, K. P.; RUSTOW, D. A. Global Research Perspectives: Paradigms, Concepts and Data in a Changing World. Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives, New York: Harper Collins, p. 441-459, 1991.

EVERA, Stephen Van. Guide for methods for student sciences of political science. Ithaca and London: Cornell University Press. 1997

FAURE, Andrew Murray. Some methodological problems in comparative politics. Journal of Theoretical Politics, v. 6, n. 3, p. 307-322, 1994.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GEDDES, Barbara. How the cases you choose affect the answers you get: selection bias in comparative politics. *Political Analysis*, 2 (1): 131-150, 1990. Disponível em: <<http://eppam.weebly.com/uploads/5/5/6/2/5562069/geddes1.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

GEDDES, Barbara. *Paradigms and sand castles: theory building and research design in comparative politics*. University of Michigan Press, Ann Arbor, Michigan, USA, 2003.

GEORGE, Alexander L.; Bennet, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. MIT Press, Cambridge, London, 2005.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. Métodos de pesquisa / [organizado por]. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 15 set. 2016.

GERRING, John. *Social Science Methodology. A Criterial Framework*. Cambridge University Press, London, 2001.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HAGUE, Rod; HARROP, Martin; BRESLIN, Shaun. *Political science: a comparative introduction*. Bedford/st Martins, 1993.

HANNEMAN, Robert A.; KPOSOWA, Augustine J.; RIDDLE, Mark D.. *Research Methods for the Social Sciences: Basic Statistics for Social Research*. Somerset, NJ, USA: John Wiley & Sons, 2012. ProQuest ebrary.

HAY, Colin. *Political Analysis: A Critical Introduction*. Basingstoke: Palgrave, 2002.

IRI. Contexto Internacional. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

JACKMAN, Robert W. Cross-national statistical research and the study of comparative politics. *American Journal of Political Science*, p. 161-182, 1985. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2111217?uid=2&uid=4&sid=21106235176771>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

JACKSON, Robert; SORESENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais. Teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KAPLAN, M. 1966. The New Great Debate: Traditionalism vs. Science in International Relations. In: Linklater, A. 2000. *International relations: critical concepts in political science*. London ; New York: Routledge. pp. 377-393.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. *The Fundamentals of Political Science Research*. Cambridge University Press, 2009.

KING, Gary. Ensuring the Data Rich Future of the Social Sciences. *Science*, v. 331, p. 719-721, 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/files/gking/files/datarich.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

KING, Gary. Restructuring the Social Sciences: Reflections from Harvard's Institute for Quantitative Social Science. *Ps: Political Science and Politics* 47 (1): p. 165-172, 2014. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/files/gking/files/king14.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press, 1994.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. The Importance of Research Design in Political Science. *American Political Science Review*, v. 89, n. 2, p. 454-481. Junho de 1995. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/files/gking/files/kkvresp.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

KING, Gary; POWELL, Eleanor Neff. How Not to Lie Without Statistics. 22 ago. 2008. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/files/gking/files/nolie.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

KING, Gary; ZENG, Langche. Explaining rare events in international relations. *International Organization*, v. 55, n. 03, p. 693-715, 2001.

LANDMAN, Todd. *Issues and Methods in Comparative Politics: an introduction*. 3^a ed. London and New York: Routledge. 2008.

LANDMAN, Todd. Rebutting 'perestroika': method and substance in political science, Department of Government, University of Essex, em Essex, 2004. Disponível em: <<http://privatewww.essex.ac.uk/~todd/rebutting%20perestroika.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

LANDMAN, Todd; ROBINSON, Neil (Eds.) *The SAGE handbook of comparative politics*. Sage Publications, 2009.

LEHFELD, Neide A. S.; BARROS, Aidil J. P. *Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LIEBERSON, Stanley. *Making it count: The improvement of social research and theory*. Univ of California Press, 1985.

LIJPHART, Arend. The Comparable Cases Strategy in Comparative Research. *Comparative Political Studies*, 8(2): p. 158-177, 1975.

LIJPHART, Arendt. Comparative politics and the comparative method. *The American Political Science Review*, vol. 65, No. 3 (sep., 1971), pp. 682-693. Disponível em:

<<http://dcpis.upf.edu/~raimundo-viejo/docencia/girona/Lijhardt.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

MARSH, David; STOKER, Gerry. Theories and methods in political science. Palgrave, 2002.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NEUMAN, William Lawrence. Basic of Social Research: qualitative and quantitative approaches. Boston, Pearson, USA, 2004.

PARANHOS, Ranulfo et al. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. Revista Eletrônica de Ciência Política, [S.l.], v. 3, n. 1-2, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/29614>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

PORTA; Donatella Della; KEATING; Michael (Eds.). Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Pp. 223-239. Disponível em: <http://www.hse.ru/data/2012/11/03/1249193115/Donatella_Della_Porta_Michael_Keating_Approa.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

RITCHIE, Jane; LEWIS, Jane; NICHOLLS, Carol McNaughton; ORMSTON, Rachel (Eds.). Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers. Sage, 2013. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EQSIAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=social+science+design&ots=IzSMkpZr5S&sig=hg7baePawABM4ZaKNm6KuOeEPko#v=onepage&q=social%20science%20design&f=false>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

SANDERS, D. 2002. Behaviouralism. In: Marsh, D. & G. Stoker. Theory and methods in political science. Basingstoke: Palgrave. pp. 45-64

SANTOS, Maria Helena; COUTINHO, Marcelo. Política comparada: estado das artes e perspectivas no Brasil, BIB, 54, 2.º semestre de 2000, pp. 3-146. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=537&Itemid=335>. Acesso em 20 abr. 2016.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. Case selection techniques in case study research a menu of qualitative and quantitative options. Political Research Quarterly, v. 61, n. 2, p. 294-308, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. In: Carlos Benedito Martins (org.). Para onde vai a pós-graduação em ciências Sociais no Brasil. São Paulo, CAPES / EDUSC/ ANPOCS, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a04.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2016.

SPRINZ, Detlef F.; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. [ed.]. Models, Numbers & Cases: methods for studying international relations. Michigan, the University of Michigan Press, 2004.

STIMSON, James A. Regression in Space and Time: A Statistical Essay. American Journal of Political Science, p. 914-947, v. 29, n. 3, Nov. 1985. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2111187?uid=2&uid=4&sid=21106235176771>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

VALLE SILVA, Nelson. Relatório de Consultoria sobre Melhoria do Treinamento em Ciência Social Quantitativa e Aplicada no Brasil, Rio de Janeiro, Laboratório Nacional de Computação Científica, 15 de abril de 1999, 22 pág.

VAN EVERA, Stephen. Guide to methods for students of political science. Cornell, Cornell University Press. 1997.

VIANNA, Luiz Werneck et al. Doutores e Teses em Ciências Sociais. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2016.